

ordenamento da priorização de intervenções que comporá o suplemento ao prospecto para a 6ª Distribuição do CEPAC. Destaca que a pauta desta reunião é fundamental para que a SPURbanismo possa protocolar, junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pedido para a 6ª distribuição pública e CEPAC, que autorizará a realização de leilões por dois anos, cabendo, posteriormente, a definição da oferta de CEPAC de quantos leilões serão realizados no âmbito desta distribuição. Apresenta linha do tempo contendo o histórico das distribuições públicas de CEPAC da OUCAE. A cada distribuição, é definido o valor mínimo do CEPAC. A primeira distribuição, realizada em 2004, ofertou 660.468 CEPAC, valor mínimo de R\$ 300,00, alcançando preço máximo de R\$ 370,00. A segunda distribuição, em 2007, ofertou 317.781 CEPAC e manteve valor mínimo de R\$ 300,00, com preço alcançado de R\$ 411,00. A terceira distribuição, ocorrida em 2008, ofertou 186.740 CEPAC e também manteve valor mínimo de R\$ 300,00, com preço alcançado de R\$ 1.100,00. A quarta distribuição ofertou 1.201.841 CEPAC, manteve valor mínimo de R\$ 300,00, com preço alcançado de R\$ 750,00. A quinta distribuição, em 2012, teve valor mínimo majorado para R\$ 460,00, com preço alcançado de R\$ 1.282,00, tendo ofertado 1.719.339 CEPAC. O hiato entre 2012 e esta reunião se dá pelo esgotamento do CEPAC previsto pela legislação, até a promulgação da Lei Municipal nº 16.975/2018, que autorizou a oferta de mais 1.000.000 de CEPAC no âmbito da OUCAE. Destaca que a Lei Municipal nº 13.260/2001, em seu artigo 11, exige que, previamente ao reajustamento do valor mínimo do CEPAC, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU, a Câmara Técnica de Legislação Urbanística - CTLU e o GG OUCAE devem ser ouvidos sobre a proposta do novo valor mínimo do CEPAC a ser ofertado. A SMDU, a pedido da SPURbanismo, contratou Estudo de Viabilidade Econômica Financeira da OUCAE para, dentre outras demandas, aferir o valor mínimo de CEPAC, que subsidiou a proposta a ser apresentada a seguir, destacando ter recebido na data anterior a esta reunião extraordinária a anuência de SMDU com manifestação do Sr. Secretário e de CTLU por meio da Resolução SMDU.AOC.CTLU/008/2020. Sr. Marcelo Fonseca Ignatios, Assessor da Presidência da SPURbanismo, retomou assunto abordado na 6ª Reunião Extraordinária do GG OUCAE, realizada em 29 de julho de 2020 e apresenta de maneira sucinta o escopo do Contrato nº 003/2020/SMDU (SEI 6068.2019/0005203-0), que trata dos Serviços Técnicos Especializados de Avaliação de Viabilidade Econômica e Financeira – EVEF destinada a instruir Prospecto de Distribuição de CEPAC na Operação Urbana Consorciada Água Espiraiada, pela Consultoria Amaral D'Ávila e entregue em 15 de agosto de 2020. O estudo analisou a nova realidade imobiliária da OUCAE. Sintetiza o esgotamento das áreas mais nobres junto aos setores Berini, Brooklin e Churci Zaidan, com poucos terrenos transformáveis e, portanto, passíveis de adesão, que caracterizam alta demanda por CEPAC; áreas com concorrência com a produção privada dos chamados Empreendimentos de Habitação de Interesse Social - EHS, que não pagam contrapartida financeira ao potencial construtivo adicional, por definição pelo Plano Diretor Estratégico - PDE; áreas próximas, concorrentes ao CEPAC, definidas pelo PDE como Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, que oferecem, além de coeficiente de aproveitamento máximo – CA 4 (quatro), outros incentivos como fachada ativa e fruição pública. Espera-se que a escassez de terrenos nas áreas mais nobres, o interesse do mercado imobiliário deve seguir em direção ao Jabaquara, valorizando os terrenos que hoje atraem EHS e passem a não mais atrair esse produto imobiliário incentivado e passem a atrair produtos mais valorizados que consumirão CEPAC e, portanto, caracterizam-se como adesões à OUCAE. Demonstra as simulações para a definição de preços máximos por setor, destacando heterogeneidade dos setores e de suas dinâmicas, destacando a metodologia aplicada, pelo método involutivo após pesquisas de mercado de tipologia, terreno e padrão de acabamento, estabelecendo-se empreendimento-paradigma, com taxa interna de retorno – TIR, prevista de 20% (vinte por cento). Em seguida, foram construídos cenários para o consumo de CEPAC para os próximos vinte anos, estabelecendo como valor mínimo o preço alcançado pelo último leilão. Destaca que o mercado de interesse social atual atua em terrenos com valores iguais ou inferiores a R\$ 4.700,00 por metro quadrado. Aponta o cenário considerado realista, de projeção de demanda de consumo de área computável adicional (ACA), exemplificando o consumo de terrenos por setor e as projeções de arrecadação, ao longo de vinte anos, de R\$ 1,2 bilhão a R\$ 1,4 bilhão, a valor presente, destacando estimativa de R\$ 6,0 bilhões para esgotar o programa de intervenções previstos pela Lei da OUCAE. O Estudo sugere então que se estabeleça novo valor mínimo para o CEPAC, de R\$ 1.282,00, nominalmente idêntico ao preço máximo alcançado pela 5ª distribuição pública de CEPAC, realizada em 2012. Sra. Denise Lopes de Souza registra a presença dos Sr. Artur Marcio Prado Costa e Sr. Alexandre Carvalho, representantes do Banco do Brasil - Investimentos, informando que a CVM exige a contratação de Banco Coordenador da operação de estruturação e colocação de CEPAC, que verificará todos os documentos que compõem a 6ª Distribuição pública de CEPAC, informando que já encaminhará, preliminarmente, o estudo contratado, já tendo concordância inicial do Banco do Brasil em relação à proposta de atualização do valor mínimo de R\$ 1.282,00 para o CEPAC da OUCAE. Esclarece que a estimativa indicada de R\$ 6,0 bilhões para as despesas com as intervenções, ainda considerou a execução do túnel de interligação da Avenida Jornalista Roberto Marinho até a Rodovia Imigrantes, porém este túnel não poderá mais receber recursos da OUCAE em decorrência da ADIN como já informado, portanto, esses custos deverão ser descontados do montante apresentado. Os trabalhos da Comissão Técnica, instituída pela Resolução OUCAE nº 001/2020 a fim de avaliar a continuidade das intervenções de infraestrutura urbana, também está debatendo que as Vias Locais do Brooklin não são necessárias para a melhoria da mobilidade da OUCAE, indicando, assim, redução adicional de recursos necessários sobre as previsões iniciais mas, ainda assim, mantêm a disparidade entre perspectiva de arrecadação e o montante das intervenções previstas em Lei. Aberta a palavra aos representantes, Sr. Eduardo Della Manna, representante titular do SECOVI, agradece e parabeniza o trabalho realizado, destacando a avaliação da concorrência das áreas caracterizadas como Zonas Eixos de Estruturação da Transformação Urbana – ZEU pela Lei Municipal nº 16.402/2016 (Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo) em relação às áreas das operações urbanas, quanto à atratividade do mercado imobiliário. Contudo, apesar da concorrência, a OUCAE tem diferencial aos empreendimentos em ZEU, uma vez que o produto imobiliário dos Eixos são unidades residenciais com áreas privativas menores. Destaca também a baixa atratividade do Setor Jabaquara, solicitando a requalificação do Setor, pela execução a Via Parque, a fim de atrair investimentos do mercado imobiliário que adere à OUCAE em detrimento dos EHS, ainda que considere importante a produção privada de EHS naquela região. Sr. Estevão Sabatier Simões Ferreira, representante suplente do IAB-SP, solicita justificativa para a pressa em encaminhar as duas liberações em pauta, muito importantes e reverberadoras de políticas públicas, pergunta quando o valor arrecadado pelo leilão seria disponibilizado como receita à OUCAE. Reclama que, diferente do representante do SECOVI, ainda que no âmbito de outro órgão colegiado, não teve acesso ao EVEF e questiona por que não foi enviado o material aos representantes no momento da convocação desta reunião. Quanto à explanação do EVEF, expõe dificuldade em compreender em que momento o estudo aplica a tabela de equivalência de CEPAC no EVEF, destacando haver diferença entre a conversão de CEPAC e metros quadrados de área construída adicional (ACA) entre os setores. Solicita esclarecimentos sobre a utilização de taxa interna de retorno – TIR para as simulações de investimentos

imobiliários ser considerada em 20%, sendo que, nos eixos, foi considerada TIR de 35%. Preocupa-se com a frequente confusão entre Habitação de Interesse Social – HIS e EHS, dos quais a atuação no mercado são de mercado popular, gerando confusão entre a produção privada de mercado popular e a produção pública de HIS, somente esta última destinada às famílias de renda salarial mensal de até três salários mínimos e àquelas removidas pelas intervenções públicas. Também expressa dúvidas de como se aferiu o valor nominal de R\$ 1.282,00, exatamente igual ao preço máximo obtido no último leilão de CEPAC, em 2012, cabendo melhor justificativa a este valor. Por fim, questiona se este cálculo se relaciona com a necessidade de receita para cumprir o programa de intervenções da OUCAE. Registra o pedido de encaminhamento do material que compõe o EVEF, o que também é solicitado posteriormente pela representante titular da FAUUSP e acatado pela Coordenação. Sra. Sheila Mendes do Nascimento, representante titular da Associação dos representantes dos Moradores de Favela, crítica a Carta apresentada pelo Movimento Defesa São Paulo, solicitando suspender reuniões durante o período eleitoral, manifestando-se contrária à proposta da Carta. Destaca a urgência em se arrecadar recursos para continuar as intervenções previstas, sobretudo os referentes à produção de habitação de interesse social. Para responder as perguntas, Sra. Denise Lopes de Souza inverte a pauta e apresenta o item III, contendo o cronograma para realização do próximo leilão de CEPAC. Destaca que a contratação do EVEF, em fevereiro de 2020, previa conclusão dos trabalhos em sessenta dias. Contudo, a pandemia dificultou a realização dos estudos de campo pela contratada, atrasando a entrega, para a SPURbanismo, realizada em 17 de agosto de 2020. O produto final foi imediatamente endereçado ao Banco do Brasil, cuja devolutiva ensejou que a SPURbanismo viabilizasse os procedimentos para reajustamento do valor mínimo do CEPAC junto à SMDU, CTLU e GGOUCAE. Foi também autorizada a liberação de recursos no valor de R\$ 317 mil pela Caixa Econômica Federal, para pagar a taxa da CVM, o que se dará logo após esta Reunião Extraordinária. A partir do pedido de registro da 6ª Distribuição Pública de CEPAC junto à CVM, há prazos protocolares a serem obedecidos, calculados em dias úteis, que deverão culminar com o registro da 6ª distribuição na última semana de novembro deste ano e permitir a realização do 1º leilão de CEPAC da 6ª distribuição por volta da segunda semana de dezembro. Destaca a importância da realização do leilão ainda este ano, ponderando as incertezas de mudança de gestão, que poderão postergar a realização do CEPAC, enfatiza que a OUCAE iniciará 2021 com apenas cerca de R\$ 50,0 milhões em caixa. Destaca que cabe ao Suplemento ao Prospecto orientar o número de CEPAC a ser distribuído nos dois anos subsequentes, prevenindo o recurso a ser arrecadado definido pela multiplicação do valor mínimo de CEPAC estabelecido e o montante de CEPAC a ser distribuído, bem como o quadro de intervenções a serem priorizadas pela aplicação dos recursos. Ressalta que o Banco do Brasil fará avaliação em relação ao preço mínimo a ser indicado no 1º leilão de CEPAC que poderá ser maior do que o valor mínimo do CEPAC proposto pela SPURbanismo. Por todo o exposto está apresentada a justificativa de se realizar esta reunião extraordinária na forma proposta. Sr. Marcelo Ignatios responde às perguntas, esclarecendo que o EHS mencionado no EVEF avalia uma produção limitada a atender famílias com renda familiar mensal em torno do teto de seis salários mínimos; traz que o valor aferido na pesquisa foi entre R\$ 1.469,69 e R\$ 1.585,00 para cada CEPAC. Assim, foi arbitrado o valor mínimo do CEPAC ao preço máximo obtido em 2012, mas que foi lastreado pelo estudo, que identificou teto para estabelecer o mínimo de R\$ 1.500,00. Definiu-se, a partir da análise, manter o preço máximo obtido em 2012, sem reajuste inflacionário, como a proposta para o valor mínimo a ser estabelecido em 2020, que poderá ser majorado ainda até a efetivação do leilão, informando estar acompanhando as dinâmicas do mercado imobiliário até a publicação do edital, no final de novembro. Responde que o quadro de equivalência do CEPAC foi considerado no estudo econômico. Sr. Julio Roopa, representante da Consultoria Amaral D'Ávila, presente na reunião, toma a palavra para responder as questões mais específicas. Confirma terem considerado a tabela de equivalência de CEPAC. Justifica que, apesar da taxa SELIC estar tão baixa em relação a níveis históricos, o mercado imobiliário ainda atua com TIR de 30% para produzir empreendimentos imobiliários de médio e alto padrão, admitindo TIR de 15% para EHS. Contudo, para esse estudo, foi considerada TIR de 20% uma vez que, nos Eixos, os produtos imobiliários empreendedidos têm maior rentabilidade do fora deles, o que inclui as Operações Urbanas. Considera ser esse um dos grandes motivos para a concorrência dos Eixos em relação à OUCAE, pois, nas ZEU ainda conseguem taxas de rentabilidade de 30 a 35%. Explica que o valor mínimo aferido pela Consultoria não tem relação direta com o valor necessário para financiar as intervenções previstas em lei. Por metodologia, a análise realizada aferiu apenas o que o mercado imobiliário suportaria absorver, fazendo, a posteriori, comparações do montante de recursos esperado. Sr. Estevão Sabatier Simões Ferreira complementa questionando se os EHS atendem a demanda de habitação social cadastrada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, o que é respondida pelo Sr. Marcelo Fonseca Ignatios que não, por se tratar de produto de mercado, que adquire crédito subsidiado por meio do Programa Minha Casa Minha Casa, Minha Vida e que não é acompanhada atualmente pela Municipalidade. Sr. Antonio Marcos Doria Vieira, representante titular da APEOP, parabeniza o estudo e opina sobre a importância em se deliberar sobre a pauta desta reunião extraordinária, apoiando a atualização do valor mínimo do CEPAC de R\$ 460,00 para R\$ 1.282,00. Sra. Maria Lucia R. Martins, representante titular da FAUUSP, reconhece a seriedade do trabalho realizado pela SPURbanismo e mostra-se satisfeita com as justificativas dadas pela empresa. Contudo, crítica a pressa em agendar reunião extraordinária e fora da data usual das reuniões ordinárias, registrando que isso gerou desconforto e não corresponde à seriedade que a SPURbanismo tem construído junto ao GG OUCAE. Questiona sobre a previsão orçamentária municipal no que se refere à OUCAE e quem autoriza a quantidade de CEPAC a ser ofertada na 6ª Distribuição e quando será feita essa ponderação, entendendo que o valor mínimo do CEPAC é referencial e ponderando que a oferta de muito CEPAC diminuirá a oferta. Sra. Denise Lopes de Souza desculpa-se sobre a pressa da convocação. Explica que o recurso entrará nas contas da OUCAE no quarto dia após a realização do leilão, em atenção ao questionamento feito anteriormente pelo representante suplente do IAB. Esclarece que a peça orçamentária é construída pelos diversos órgãos da Municipalidade, que é consolidada pela Secretaria da Fazenda. Só se conhece o resultado do documento consolidado pela Secretaria da Fazenda quando o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA for protocolado na Câmara Municipal de São Paulo – CMSP. Ainda assim, destaca que o orçamento é a previsão orçamentária, mas o recurso só será liberado mediante ateste de que haverá recurso em caixa, por meio de comprovação por extrato financeiro. Assim, com a entrada de recursos ainda este ano, será possível empenhar as novas intervenções já no início do ano que vem, ponderando que o saldo atual em conta garante o andamento das intervenções somente até meados de 2021. Neste momento, esta reunião tem a finalidade de definir o valor mínimo para o CEPAC, destacando não ser possível aferir o preço final do CEPAC, apenas atualizando o valor mínimo do CEPAC, ressaltando que o valor mínimo do título, hoje, é de R\$ 460,00. A SPURbanismo propõe que esse valor seja atualizado para R\$ 1.282,00. O preço mínimo que comporá o edital de leilão para a 6ª distribuição, respeitado o valor mínimo, será definido com o apoio do Banco do Brasil. Sr. Artur Marcio Prado Costa, responsável pela estruturação de CEPAC e de ofertas de ações do Banco do Brasil, esclarece que se pretende autorizar

para a 6ª distribuição de CEPAC a quantidade de títulos pela expectativa de mercado, realizando leitura junto a incorporadores, analistas de ações e demais empreendedores ligados à construção civil. Dimensionam, então, a expectativa de consumo imediato de CEPAC, a fim de otimizar a arrecadação, prevendo quantidades definidas de CEPAC para cada leilão e analisar se há interesse em realizar mais de um leilão nesta distribuição, buscando equilibrar oferta e procura. Aponta a realização de leitura de mercado, por período de trinta a quarenta dias para o primeiro leilão. Devido à dinâmica imobiliária, destacam que atuem pelo interesse da Prefeitura Municipal de São Paulo, podendo adequar os valores até o Edital do leilão. Esclarece também sobre o chamado "período de silêncio", pois o CEPAC é um ativo imobiliário de negociação na bolsa de valores e, para tanto, deve seguir as normativas nº 400 e nº 401. Assim, a CVM deve garantir o tratamento correto, verdadeiro e transparente e equitativo a todos os investidores. Desta forma, toda a informação dada, que não esteja no prospecto, poderá ser entendida por CVM como informação complementar e, para isso, ela pode adiar ou mesmo cancelar o leilão. Assim, o valor do primeiro leilão e a quantidade de CEPAC a ser ofertada ainda não são públicos e não poderão ser tornar públicos antes da publicação do edital do leilão, a fim de garantir a isonomia de informações. Destaca também a necessidade de linguagem serena, a fim de não ser interpretado pela Controladora como esforço de mercado. Sem mais manifestações, segue-se a pauta ao segundo item da ordem do dia, Sra. Maria Teresa Stape Affleck Gerente da Gerência de Planejamento e Monitoramento da Diretoria de Implementação de Projetos Urbanos da SPURbanismo, discorre sobre o item II da pauta, contendo histórico das intervenções prioritárias em cada distribuição de CEPAC, desde 2004, destacando ampliação do leque de intervenções na última distribuição, de 2012. Para o ordenamento das intervenções que se propõe compor o suplemento ao prospecto da 6ª Distribuição Pública de CEPAC. Recupera o planejamento focado nas prioridades e garantir a continuidade das intervenções, destacando que o planejamento é dinâmico, com grande complexidade, focado no escopo, no prazo e nos recursos disponíveis para o prazo proposto, que não podem ser dissociados das condicionantes, apresentadas na forma de premissas e pontos de atenção. Aponta que as premissas se mantêm desde a 2ª Reunião Extraordinária realizada em 2017 e detalhada pelas oficinas realizadas entre 2019 e 2020, com priorização da produção habitacional de interesse social, com menor número de famílias a serem removidas por frente de obra; maior ganho de mobilidade para o entorno, bem como previsões de arrecadação no leilão de CEPAC, considerando R\$ 300 milhões de reais para o planejamento dos próximos dois anos. Pondera que ainda há pendência das rescisões contratuais dos lotes 1 a 4, com informações de SPObras de previsão até o final do ano para a efetivação das rescisões. Demonstra as ações prioritárias propostas por meio de cronograma contendo escopo, prazo e recursos necessários, chegando a R\$ 267,7 milhões de reais para as intervenções entre 2021 e 2022 para as ações de HIS, desapropriações complementares à HIS, ações para a Via Parque e previsão de contrapartida financeira para a Avenida Churci Zaidan. A seguir, aponta a continuidade das intervenções até 2023, chegando a R\$ 386,3 milhões de reais. Destaca atendimento à previsão legal de destinação obrigatória de, no mínimo, 30% dos recursos para Habitação de Interesse Social. Sra. Denise Lopes de Souza demonstra apresentação encaminhada pela Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, contendo o Plano de Reassentamento já apresentado nas oficinas de infraestrutura realizadas em 2020, que prevê a minimização de remoções, prevenindo não haver novas remoções até o final de 2021, continuando com entregas das unidades habitacionais em obras. Em 2022 prevê-se remoção de 50 (cinquenta famílias) para abertura de ligação viária prioritária por CET no trecho A da Via Parque, com entregas habitacionais até 2023. Assim, prevê-se queda no número de famílias em auxílio aluguel pelos empreendimentos que se encontram em obras, prevenindo-se grande redução do número de famílias em atendimento provisório a partir de 2023. Sra. Patrícia Saran passa para a deliberação do valor mínimo de CEPAC, ao realizar a leitura de Minuta de Resolução. A Resolução é aprovada por manifestação favorável, por 12 (doze) representantes, quais sejam São Paulo Urbanismo; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU; Secretaria Municipal da Habitação – SEHAB; Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB; Secretaria Municipal da Fazenda – SF; Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA; Subprefeitura Jabaquara – SUB-IA; Subprefeitura Santo Amaro – SUB-AS; Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas – APEOP; Sindicato das Empresas de compra, venda, locação e administração de imóveis residenciais e comerciais de São Paulo - SECOVI; Associação dos Moradores de Favela do perímetro da OUCAE; e 02 (duas) abstenções, da representação do Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB-SP e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP. Sra. Maria Lucia R. Martins declara sua abstenção ao voto, reconhecendo a seriedade do trabalho, mas destacando sua abstenção em decorrência do curto prazo para a deliberação. Acata o resultado do trabalho, mas, dado o contexto da convocação, já manifestado, entende não ser possível preferir voto favorável. Sra. Catarina Christina Teixeira, representante titular do IAB-SP, declara abstenção do voto apontando que o IAB não se sente à vontade em deliberar matéria tão complexa, sem antes ter tido elementos para analisar e estudar, anteriormente apontado pelo representante suplente do IAB, que solicitou acesso ao documento integral do EVEF, sendo que fora disponibilizado junto à convocação apenas a apresentação explanada nesta reunião. Não se coloca contrária à matéria, contudo não sente confortável em aprovar a matéria neste encontro, diante da complexidade do tema. Sra. Denise Lopes de Souza segue ao último item da pauta, informa que a deliberação sobre a priorização das intervenções é fundamental para a conclusão do Suplemento ao Prospecto para a 6ª Distribuição Pública de CEPAC. Sem solicitações de esclarecimentos, Sra. Patrícia Saran passa à deliberação do ordenamento das ações prioritizadas, ao realizar a leitura de Minuta de Resolução. A Resolução é aprovada, por unanimidade dos presentes. Encerrada a pauta, Sra. Denise Lopes de Souza informa brevemente os próximos passos até o registro da 6ª Distribuição Pública de CEPAC da OUCAE junto à CVM, agradece a presença de todos e encerra a reunião às 18h18. A equipe da Gerência de Gestão Participativa – SPURbanismo/GGP lavrou a presente ata, em 01 (uma) via que, após análise e aprovação, foi devidamente assinada pelos representantes presentes

SÃO PAULO URBANISMO

Representante Titular DENISE LOPES DE SOUZA

Representante Suplente JOYCE REIS F. DA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SMDU

Representante Titular FLÁVIA TALIBERTI PERETO

Representante Suplente LARA C R FIGUEIREDO AUSENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS – SIURB

Representante Titular THOMAS M COVELLO AUSENTE

Representante Suplente ANTONIA R GUGLIELMI

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT

Representante Titular REGINA MAIELLO VILLELA

Representante Suplente DENISE MARIA D GOMES AUSENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

Representante Titular SILVIO EUGÊNIO DE LIMA AUSENTE

Representante Suplente LUIZ HTIBIRIÇA RAMOS AUSENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE – SVMA

Representante Titular LUCIA NOEMI SIMONI

Representante Suplente MARIA LOURA FOGAÇA ZEI AUSENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SF

Representante Titular FERNANDO F. BERNARDINO

Representante Suplente IZABELLA NEVES TOMINAGA AUSENTE

PREFEITURA REGIONAL SANTO AMARO

Representante Titular JANAIANA LOPES DE AMRTINI AUSENTE

Representante Suplente MÁRCIA M. DE A BORGES AUSENTE

PREFEITURA REGIONAL JABAQUARA

Representante Titular ROSANA G MARIA ALFIERI AUSENTE

Representante Suplente FERNANDO M FERREIRA

MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

Representante Titular JOSÉ ORLANDO GHEDINI AUSENTE

Representante Suplente LUCILA FALCÃO P LACRETA AUSENTE

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL – IAB

Representante Titular CATARINA CHRISTINA TEIXEIRA

Representante Suplente ESTEVÃO S. SFERREIRA AUSENTE

INSTITUTO DE ENGENHARIA – IE

Representante Titular MARCELA GARCIA HENRIQUE AUSENTE

Representante Suplente MARCOS MOLITERNO AUSENTE

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE EMPRESÁRIOS DE OBRAS PÚBLICAS – APEOP

Representante Titular ANTÔNIO M DÓRIA VIEIRA

Representante Suplente PATRÍCIA M BARATA CHAMÉ AUSENTE

SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRAS, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO – SECOVI

Representante Titular EDUARDO DELLA MANNA

Representante Suplente TÂNIA PANTANO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB

Representante Titular LUIZ ANTONIO DE ANDRADE AUSENTE

Representante Suplente MÁRCIA ISIS F DE SOUZA AUSENTE

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – FAUUSP

Representante Titular MARIA L REFINETTI R. MARTINS

Representante Suplente JOÃO F PIRES MEYER AUSENTE

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA – UMM

Representante Titular CARLINA HENRIQUE DA SILVA AUSENTE

Representante Suplente BENEDITO R. BARBOSA AUSENTE

ASSOCIAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS MORADORES DE FAVELA DO PERÍMETRO DA OPERAÇÃO URBANA

Representante Titular SHEILA M DO NASCIMENTO

Representante Suplente OLAVO GERALDO AUSENTE

SEI Nº 7810.2020/0000201-3

ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OUC ÁGUA ESPRAIADA

REALIZADA EM 21/10/2020

Plataforma Microsoft Teams

As 15h12, do dia 21 de outubro de 2020, Sra. Patrícia Saran, Gerente de Gestão Participativa - GGP da São Paulo Urbanismo – SPURbanismo, com o aval da Coordenadora Sra. Denise Lopes de Souza, Diretora de Implementação de Projetos Urbanos - DIP da SPURbanismo e representante titular da SPURbanismo, toma a palavra, cumprimenta cordialmente os presentes e inicia a 57ª Reunião Ordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espiraiada – GG OUCAE, com pauta proposta: Expediente: I. Verificação de Presença; II. Leitura e aprovação das atas: 56ª Reunião Ordinária (22/07/2020); 6ª Reunião Extraordinária (29/07/2020) e 7ª Reunião Extraordinária (04/08/2020) do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espiraiada; Ordem do Dia: I. Controle de Estoque; II. Aspectos Financeiros; a. Quadro Financeiro; b. Execução Orçamentária; III. Andamento das Intervenções: a. Prolongamento da Avenida Churci Zaidan; Prolongamento da Avenida Jornalista Roberto Marinho – Via Parque; HIS; Conjunto Estevão Baião; Trabalho Social realizado no período; b. Quadro Físico-Financeiro Trimestral Geral; IV. Deliberação: Aprovação da inclusão no Regimento Interno do Grupo de Gestão de capítulo regulador da abertura ao público em geral das reuniões do colegiado, e dos registros das reuniões, nos termos do artigo 17 do Regimento Interno. V. Agendamento prévio das Reuniões Ordinárias do Grupo de Gestão da OUC Água Espiraiada a serem realizadas no ano de 2021; VI. Informes: a. Comissão Técnica; b. Andamento do Prospecto junto à Comissão de Valores Imobiliários – CVM; c. Cadernos das Operações Urbanas. Sra. Patrícia Saran verifica o quórum, com os seguintes participantes: Denise Lopes de Souza representante titular da SPURbanismo; Joyce Reis Ferreira da Silva, representante suplente da SPURbanismo; Lucia Noemia Simoni, representante titular da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente - SVMA; Regina Maiello Villela, representante titular da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT; Antonia Ribeiro Guglielmi, representante suplente da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB; Fernando Marcos Ferreira, representante suplente da Subprefeitura Jabaquara; Fernando Fernandes Bernardino, representante titular da Secretaria Municipal da Fazenda - SF; Flávia Taliberti Pereto, representante suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU; Sheila Mendes do Nascimento, representante titular da Associação dos representantes dos Moradores de Favela - perímetro da OUCAE; Antonio Marcos Dória Vieira, representante titular da Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas - APEOP; Eduardo Della Manna, representante titular do Sindicato das empresas de compra, venda, locação e administração de imóveis residenciais e comerciais de São Paulo - SECOVI; Tânia Pantano, representante suplente do SECOVI; Maria Lúcia Refinetti R. Martins, representante titular da FAU USP; Catharina Christina Teixeira, representante titular do IAB-SP. Informa que os representantes titular e suplente do Movimento Defesa São Paulo encaminharam mensagem por correio eletrônico justificando ausência nesta reunião, por motivo de força maior. Segue para a aprovação das atas da 56ª Reunião Ordinária (22/07/2020); 6ª Reunião Extraordinária (29/07/2020) e 7ª Reunião Extraordinária (04/08/2020) do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espiraiada. Informa que não foram recepcionadas pela GGP manifestações prévias, por correio eletrônico. Explicita solicitação de complementação na fala da Gerente de Gestão Financeira, Sra. Maria de Fátima do N. Niy, pela mesma, a partir da alínea 198 da ata da 56ª Reunião ordinária, encaminhada após envio da minuta da ata junto à convocação desta reunião Ordinária, para incluir o temo "Gerenciamento técnico de obras HIS" como escopo das intervenções com evolução no trimestre, bem como a inserção da informação "sobre as remunerações houve a evolução de R\$ 671.142,00". Informa não ter recebido outras contribuições por correio eletrônico sobre nenhuma das minutas das atas. Sem manifestações contrárias, a ata da 56ª Reunião Ordinária é aprovada com as complementações solicitadas. Também sem manifestações contrárias, é aprovada a ata da 6ª Reunião Extraordinária. Sobre a 7ª Reunião Extraordinária, Sra. Maria Lúcia Refinetti R. Martins, representante titular da FAUUSP, manifesta protesto à forma descartada da redação do extrato publicado em Diário Oficial da Cidade, que não corresponde ao que foi colocado, a propósito da justificativa à abstenção dos votos do IAB-SP e FAUUSP, que sugere descaso e desinteresse dos representantes, o que não foi o caso. Sra. Patrícia Saran explica que o extrato é documento que permite o encaminhamento de ações dos órgãos públicos e, por isso, não passa por aprovação dos representantes e tem publicação no Diário Oficial da Cidade dias após a realização da reunião. Lamenta o ocorrido, questiona se os termos da minuta de ata encontram-se adequados e sugere retificar a publicação ou registrar no extrato da presente reunião a consideração da representante titular da FAUUSP. Sra. Maria Lúcia Refinetti R. Martins concorda com a segunda opção na sugestão, a fim de registrar seu protesto no extrato desta reunião ordinária, tendo em vista o modo deslegrado e desrespeitoso como o voto foi registrado. Sra. Catharina Christina Teixeira, representante titular do IAB-SP, solicita alteração na Linha 354, para que conste que o material para deliberação não foi recebido a tempo hábil. Sra. Denise Lopes de Souza esclarece que o material encaminhado no prazo regimental para reunião extraordinária foi o

compreendido pela coordenação como suficiente para que os representantes pudessem analisar o resumo do contrato com a Amaral D'Ávila e as conclusões do trabalho, cujo material foi elaborado pelo assessor da Presidência, Sr. Marcelo Fonseca Ignatius, responsável pela explanação do mesmo material na 7ª reunião Ordinária (04/09/2020). Diversos representantes, entre eles os representantes do IAB-SP, solicitaram o envio da íntegra do Estudo de Viabilidade Econômico Financeiro - EVEF, que foi encaminhada posteriormente à realização da reunião. Explica que a Resolução aprovada, inclusive, versou sobre as conclusões apresentadas na reunião. Retoma que a justificativa para a abstenção do IAB-SP e da FAUUSP foi no sentido de que entenderam que o material encaminhado não foi suficiente para subsidiar seus votos. Sra. Catharina Christina Teixeira encaminhará sugestão de complementação à minuta de ata da 7ª Reunião Extraordinária, motivo pelo qual foi adiada sua aprovação para a próxima reunião, para contribuição, realinise junto ao áudio, pela coordenação e envio junto à próxima convocação. Encerra o expediente, segue-se à Ordem do Dia. Sra. Joyce Reis Ferreira da Silva, representante suplente da SPUrbanismo e Gerente de Análise Técnica - GAT da SPUrbanismo, demonstra o Quadro de Controle de Estoques e o Quadro de CEPAC, com posição de 09 de outubro de 2020. Aponta os estoques máximos previstos na Lei Municipal nº 13.260/2020, por setor e uso, bem como os estoques consumidos e em análise. Demonstra mudança desde a última reunião ordinária em relação ao Setor Chucri Zaidan, com emissão de novas certidões, bem como desvinculação de CEPAC. Destaca este novo consumo total de 3.320.402,65 metros quadrados, residencial e não residencial, bem como saldo total estimado disponível, por setor: Brooklin – 593.311,29 m²; Berrini – 36.587,18 m²; Marginal Pinheiros – 162.881,93 m²; Chucri Zaidan – 244.535,80 m² e Jabaquara – 242.290,15 m². No estoque consumido, foram emitidas duas certidões no setor Chucri Zaidan. Explica que a Certidão AE-005/2020, da Mairiporã Incorporadora Ltda, trata-se de Certidão de Acréscimo, que cancela as certidões anteriores, com 53.380,50 metros quadrados de área computável adicional – ACA total, considerando as certidões anteriormente emitidas a este empreendimento. Demonstra também a Certidão AE-006/2020, da DRV H Administração de Bens Imóveis LTDA, com 5.031,00 metros quadrados de ACA não residencial. Demonstra quadro com processos em análise nos setores Berrini, Brooklin e Chucri Zaidan, destacando as alterações de uso, de pedidos de alteração de certidão por mudança de uso, demonstradas entre parênteses quando há solicitação de mudança de uso. Aponta também a presença de valores negativos, conforme já explicado na 56ª Reunião Ordinária. Explica terem empreendimentos que se repetem pois há casos de interessados que protocolam mais de um processo administrativo. Na posição anterior, havia uma desvinculação em quarentena e, nesta posição, houve a restituição de estoque residencial 18.900 m², equivalentes a 18.195 CEPAC, estes ainda em quarentena legal dentro dos 180 dias previstos. Demonstra duas solicitações de desvinculações de CEPAC, em análise, no setor Brooklin, sendo um com uso não residencial a desvincular e outro com saldo a reficor. No Setor Berrini, há uma solicitação de desvinculação, pela Berrini Bairdeirantes Empreendimentos Imobiliários SPT LTDA. Por fim, demonstra o resumo dos CEPAC, destacando a inserção, desde a última reunião ordinária, contendo nova linha com informações de CEPAC desvinculados em quarentena, aguardando o prazo de cento e oitenta dias para retorno à circulação, bem como nova linha de desvinculação em análise. Aponta total desvinculado de ACA de 63.302 e de uso e parâmetros, 119. São 3.294.721 CEPAC convertidos, 18.195 CEPAC desvinculados, aguardando a quarentena de 180 dias e 78.083 CEPAC em circulação. Informa o desenvolvimento de sistema de informação, para maior dinâmica do controle, conforme a fluidez dos processos, para facilitar os relatórios de estoque e de CEPAC, tanto para os trabalhos da gerência quanto para o controle social. Sem manifestações, segue-se a pauta. Sra. Maria de Fátima do N. Niy, Gerente de Gestão Financeira, da SPUrbanismo, apresenta os aspectos financeiros, com valores consolidados do trimestre, até 31 de agosto de 2020. Demonstra receita total de R\$ 3.920.135.003, despesas totais de R\$ 3.830.265.978 e saldo de R\$ 89.869.025, sem alterações nas intervenções concluídas, que totalizam R\$ 605.465.495. Das intervenções em andamento, de junho a agosto de 2020, houve evolução nas intervenções no Prolongamento da Avenida Jornalista Roberto Marinho - Via Parque, de R\$ 4.402.712; HIS, R\$ 13.944.308, englobando Lote 3, de R\$ 2.028.025, Estevão Baião, de R\$ 8.158.469 e desapropriações, de 1.173.940. Ainda nesse item, houve evolução de gerenciamento, totalizado em 1.062.374, sendo R\$ 804.598 para técnico de obras HIS, R\$ 257.775 para trabalho técnico social. Houve também evolução de R\$ 1.521.550 para auxílio aluguel. Acerca do Prolongamento da Av. Chucri Zaidan, houve despesa com desapropriação de R\$ 21.273; sobre as remunerações houve evolução de R\$ 970.231. Assim, o total de evolução do trimestre foi de R\$ 19.338.523. Destaca não haver evoluções nas intervenções não contratadas, que serão detalhadas no item que trata do quadro físico-financeiro das intervenções. Sra. Sheila Mendes do Nascimento, representante titular da Associação dos representantes dos Moradores de Favela - perímetro da OUCAE, questiona sobre os valores de gerenciamento, a diferença entre gerenciamento técnico e trabalho técnico social, o que é esclarecido pela Sra. Maria de Fátima, que explica que o gerenciamento técnico de obras diz respeito às obras do Empreendimento de habitação social Estevão Baião, e o trabalho técnico social é referente ao trabalho social específico. Sra. Sheila Mendes do Nascimento, destaca que a Diagonal destinou apenas quatro assistentes sociais para o perímetro, apontando que o valor medido para o trabalho técnico social no período é muito alto. Explica que doze famílias chamadas para serem atendidas pelo Conjunto Estevão Baião, já tinham recebido atendimento habitacional, apontado pelo CAD-Multi, mas que recebiam auxílio aluguel concomitante. Aponta a necessidade de analisar todas as famílias, bem como ratifica o bloqueio do Auxílio Aluguel, há dez meses, objeto de solicitação. Destaca a necessidade de melhorar o serviço e o esclarecimento sobre os valores despendidos pela OUCAE. Solicita também esclarecimento sobre as famílias bloqueadas pelo atendimento de auxílio aluguel. Como representante do GG OUCAE, temos o direito de saber sobre o que deliberamos acerca dos recursos dispendidos. Sra. Patrícia Saran indica que há ponto de pauta específico sobre o trabalho técnico social e os esclarecimentos deverão ser respondidos naquele ponto, por não se tratarem de questionamentos de ordem financeira. Destaca que a prestação de contas do trabalho técnico social deverá fazer parte da ordem do dia a partir desta reunião ordinária. Sra. Lucía Noemia Simoni, representante titular da SVMA, questiona sobre despesa ambiental, o que Sra. Maria de Fátima solicita apoio de SPObras. Sra. Antônia Ribeiro Guglielmi, representante suplente da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB, esclarece que não houve desembolso para investigação ambiental no trimestre, pois a ordem de serviço está prevista para a semana seguinte a esta reunião ordinária, mas que se tratam dos terrenos desapropriados para investigação ambiental, a partir dos levantamentos de suspeitas, tanto para os terrenos da Via Parque – Fase 1, dos trechos priorizados, denominados de “A” a “G”, bem como futuros empreendimentos habitacionais. Informa que solicitou apoio da equipe ambiental de SPObras e que, se tiver complementações, informará ainda nesta reunião ou posteriormente. Sra. Lucía Noemia Simoni agradece as informações, declara interesse em ter acesso ao mapa com as áreas a serem investigadas e ficará no aguardo do andamento das investigações. Seguindo a pauta, Sra. Patrícia Saran aponta para ponto de pauta que deverá fazer parte de todas as reuniões ordinárias – execução orçamentária. Sra. Denise Lopes de Souza esclarece que o quadro de execução orçamentária demonstra o executado apenas no ano de 2020, enquanto o quadro financei-

ro acumula os valores históricos das receitas e despesas da OUCAE. No quadro financeiro, é demonstrada a evolução trimestral, a cada reunião, enquanto a execução orçamentária traz a visão da anualidade do orçamento público. Sra. Maria de Fátima do N. Niy apresenta a execução orçamentária. Esclarece que apresenta o valor empenhado até 19 de outubro de 2020. Resalva que nem tudo que foi empenhado será pago até o final do ano. Somente no início de 2021 será possível comprovar o que foi de fato liquidado em 2020, momento em que será apresentado o que foi de fato liquidado. Recupera que o orçamento aprovado pela Lei Orçamento Anual – LOA foi de R\$ 112.214.888. O orçamento é atualizado por meio de decretos de suplementação, que diminuem algumas rubricas e aumentam outras, mas não alteram o montante, mas reorganizam os valores dentro as rubricas orçamentárias. No acumulado, foi reservado R\$ 79.136.578 e empenhado R\$ 57.834.551. Sra. Maria Lúcia Refinetti R. Martins questiona se na dotação “Casa da família” se encontram todas as unidades habitacionais da OUCAE. Sra. Denise Lopes de Souza esclarece que há duas rubricas para habitação de interesse social, as dotações 37.30.16.451.3002.3354 (“Construção de Unidades Habitacionais”) e 37.30.16.451.3002.5403 (“Casa da Família – Programa de Metas 19.a”). Esclarece que a divisão foi orientação da Secretaria de Finanças, para separar as ações a serem medidas pelo Programa de Metas 2017-2020 e que têm previsão de entrega até o final da gestão, mas que, para 2021, já não há esta divisão na proposta orçamentária, pois o Programa de Metas se encerra ao final da gestão, no fim deste ano, unificando os conteúdos das duas dotações. Esclarece também que todo o montante apresentado nesta execução orçamentária é relativo às ações exclusivas da OUCAE, explicando que os dois primeiros números, “37”, referem-se ao órgão SMDU, sendo que os dois números seguintes, “30”, indicam a fonte de recursos da OUCAE. Em seguida, todos os números “16” referem-se à finalidade de habitação e “15” referem-se à função urbanismo, que contempla as ações de infraestrutura. Sra. Maria Lúcia Refinetti R. Martins questiona se há divisão territorial entre as dotações, o que Sra. Denise esclarece que em parte é possível, exemplificando que a dotação 37.30.16.451.3002.5403 abrange o empreendimento Estevão Baião, pois ele está contido no Programa de Metas desta Gestão. Sra. Antônia Ribeiro Guglielmi apresenta a situação das Intervenções sob responsabilidade da SPObras, com evolução no período desde a última reunião ordinária. Sobre a HIS 14, que conta com 308 unidades habitacionais, informa que a obra se encontra concluída e foi entregue na data anterior a esta reunião ordinária, em 20/10/2020, com previsão de mudança dos moradores entre 26 e 18 de novembro de 2020. Sobre as HIS 27 (54 unidades habitacionais) e HIS 41 (119 unidades habitacionais), encontram-se atualmente paralisadas, aguardando a rescisão dos contratos para nova licitação, sendo atualmente em elaboração o Termo de Referência para contratação dos serviços faltantes de Projeto e Obra quando o vigente for rescindido. Acerca das rescisões dos Lotes 1, 2 e 4, explica que o assunto é tratado diretamente por SIURB, com apoio da SPObras, informando permanecem em tratativas técnicas e jurídicas. Sobre a intervenção de prolongamento da Avenida Chucri Zaidan, recupera que fora solicitado financiamento do FGTS e que ainda aguardam parecer da Secretaria de Tesouro Nacional – STN para assinatura do financiamento, estimada para o primeiro semestre de 2021, ponderando que este processo tem demorado mais do que o esperado. Apresenta duas ilustrações contendo secção transversal típica do túnel da Chucri Zaidan, em duas células. Com a escassez de recursos da OUCAE, o projeto foi adaptado à alternativa mais econômica, em célula única, de modo que os desembosques foram executados prevendo a célula única, ainda que os tenham tomado o cuidado de serem projetados para se fazerem adequados para as duas alternativas. Aponta que, com perspectiva de financiamento para a continuidade das obras, pretende-se retomar o projeto original com o túnel em célula dupla, permitindo maior circulação de veículos, conforme projeto original. Neste novo contexto, faz-se necessário adequar o projeto executivo, informando que será instruído processo para solicitar a OUCAE aproximadamente R\$ 100 mil, para realizar as adequações, ainda em 2020. Apresenta interfaces com o Programa De Despoluição Do Rio Pinheiros, da Sabesp, em três frentes distintas. Aponta avanços na tratativa de equalizar interferência entre um novo lançamento de esgotos pretendido na Rua Alexandre Dumas sentido Marginal Pinheiros e o projeto do túnel de prolongamento da Av. Chucri Zaidan. Em reunião com técnicos da Sabesp para discutir a compatibilização dos projetos junto à Sabesp, para adequar o coletor tronco. Sobre a Unidade de Recuperação de Qualidade – URQ Água Espraiada e sua interface com o parque linear e a canalização córrego água espraiada, retoma que SPObras está em tratativas com a Sabesp, para cessão de área para implantação da URQ Água Espraiada. SPObras enviou minuta do Termo de Cooperação, bem como projetos do Parque Linear e da canalização do Córrego Água Espraiada. Aguardam retorno em relação aos termos propostos e trabalham, em paralelo, na compatibilização de projetos. Sobre os coletores tronco previstos, SPObras recebeu recentemente da Sabesp o desenho da sobreposição dos coletores tronco previstos com os projetos do Parque Linear. Aponta também tratativas para execução da laje de fechamento do canal Água Espraiada pela Sabesp, no trecho da antiga adutora, dentro da Área de Lazer Pedro Bueno. Sobre as investigações ambientais questionada pela Sra. Lucía Noemia Simoni, informa que o valor a executar de R\$ 250 mil apresentado no quadro financeiro, contempla as áreas dos trechos “A” a “G” da Via parque e sobre o prolongamento da Avenida Chucri Zaidan, uma vez que as obras não foram finalizadas. Sra. Denise Lopes de Souza considera que a questão da representante e SVMA também se refere ao escopo da investigação e solicita que SPObras envie ao GG OUCAE levantamento do escopo das investigações. Sra. Lucía Noemia Simoni quer compreender o mapa das áreas a serem investigadas e maior troca de informações entre os órgãos, demonstrando as localizações das áreas investigadas e do plano de investigação, pois o montante financeiro é alto e lhe chamou atenção. Sr. Eduardo Della Manna, representante titular do SECOVI questiona se o projeto de adaptação será apenas para a transição do emboque e a célula dupla, o que é confirmado pela Sra. Antônia Ribeiro Guglielmi. Segue-se para o próximo item da pauta, Sra. Daniela Perre Rodrigues, Diretora de Divisão Técnica do departamento de Planejamento da SEHAB – Deplan/SEHAB, realiza apresentação sobre a situação das licitações de habitação e interesse social. Sobre o Grupo 2, de responsabilidade da COHAB-SP, já com projeto básico, não há atualização sobre a licitação para contratação de projeto executivo para as 23 áreas. Sobre a fase 1 do Grupo 3, de responsabilidade da SEHAB, encontra-se em andamento licitação para contratação de projeto básico e executivo para 11 áreas, que totalizam 811 unidades habitacionais, destacando que a fase 2 será objeto de licitação posterior. Para a fase 1, o cronograma do procedimento licitatório está andando conforme previsto, com previsão de conclusão até dezembro de 2020. Prevê-se a elaboração de projetos ao longo de 2021, com previsão de licitar obra no primeiro semestre de 2022, com início de obras para o segundo semestre de 2022 e entregas a partir de 2024. Sra. Sheila Mendes do Nascimento questiona, por chat, sobre ocupação irregular das áreas, o que é esclarecido pela Sra. Daniela Perre Rodrigues que as áreas com ocupação irregular foram mantidas para a fase 2. Não tem informações sobre ocupações recentes das áreas priorizadas para a fase 1. Sra. Catharina Christina Teixeira recupera carta encaminhada pela SPUrbanismo no final da gestão passada, à CHDU e ao Metrô, contendo Plano de Trabalho nº 002, com a definição dos lotes 60, 61, 62, 64, 65 e 66 para o Convênio com a CDHU. Dentre elas, questiona sobre as áreas 61 e 62, que constam também do edital de licitação da COHAB-SP, para elaboração de projeto executivo. Expõe também a aprovação, pelo Governo

do Estado de São Paulo, pela extinção da CDHU, com intenção de transferir os empreendimentos da estatal estadual à parceria público-privada – PPP, inclusive dois empreendimentos, somam 504 unidades habitacionais, que seriam destinadas às famílias da OUCAE. Contudo, destaca que a CDHU está colocando parte dessas unidades à comercialização. Pede que o GG OUCAE, junto à SPUrbanismo, solicite providências junto ao Governo do Estado, em relação ao compromisso assumido. Aponta outros empreendimentos em andamento que estariam também nesse convênio, também levado à PPP. Sra. Denise Lopes de Souza esclarece que a carta deve fazer parte do convênio entre Prefeitura Municipal de São Paulo e Governo do Estado para a execução da obra da Linha 17 e, em contrapartida, as famílias removidas seriam parcialmente atendidas pela CDHU. Como os contratos dos lotes 1 a 4 e da linha 17 foram paralisados, o Governo do Estado não renovou o convênio da OUCAE com o Metrô, não diretamente com a CDHU. Por isso, solicita conhecer a carta, para aferir se trata do mesmo caso. Sra. Catharina Christina Teixeira aponta que as famílias foram removidas para a execução da linha 17 e a OUCAE desembolsou R\$ 390 milhões de reais para os projetos da linha 17. Sra. Denise Lopes de Souza informa que o que lhe foi passado ao assumir a Diretoria, foi que os valores para o Metrô foram investimento em infraestrutura, não caracterizando a presença de contrapartida em produção de HIS, mas somente pelo fato de que o metrô removeria as famílias por suas intervenções previamente às intervenções da OUCAE. Esclarece que solicita, junto ao Metrô, todos os documentos para o fechamento do convênio e prestação de contas. Sr. Eduardo Della Manna contribui ao explicar que a CDHU entrava no convênio em apoio ao Metrô. Questiona sobre o cancelamento do convênio, o que é explicado pela Sra. Denise Lopes de Souza que não há, atualmente, contrato assinado para dar continuidade às obras da Linha 17 no trecho que impacta a OUCAE. Sra. Sheila Mendes do Nascimento aponta que é de conhecimento de todos que áreas da OUCAE estão sendo ocupadas irregularmente, apontando as áreas 10, 26, 38, 39. Aponta que a SPObras tem conhecimento uma vez que realiza constantemente vitórias, bem como uso temporário da área 47 pela Sabesp. Por meio de chat, identifica também que a área 12 é ocupada por uma associação. Sra. Maria Lúcia Refinetti R. Martins expõe seu entendimento, à época, sobre o convênio com o Metrô, pois a OUCAE adiantava recursos para as obras e, em contrapartida, realizaria os reassentamentos. Solicita que SPUrbanismo investigue os termos do Convênio e informe o conselho. Sra. Denise Lopes de Souza recupera que a Sra. Rosa Maria Miraldo explicou, à época do vencimento do convênio, em 2019, que os recursos para o Metrô foram fruto de investimento da OUCAE àquela infraestrutura urbana. Posteriormente, a CDHU, como interveniente no convênio, não concordou com o plano de trabalho do convênio a ser aditado, em 2019. Informa que o aditivo não foi assinado pelo Governo do Estado, com retorno afirmando que não seria realizado aditivo àquele convênio e sinalizando que novo convênio será discutido quando houver a retomada das obras da linha 17. Aponta a necessidade de fazer a prestação de contas uma vez finalizado o convênio, mas que o atendimento habitacional da região será integralmente abrangido pela produção municipal de habitação de interesse social, pela OUCAE. Pondera que a elaboração dos projetos é benéfica em possível futura parceria. Sobre as áreas de ocupação irregular, informa que, na medida que as intervenções avançam, será necessário realizar a reintegração de posse das áreas, que é o que a Municipalidade realiza habitualmente. Sra. Catharina Christina Teixeira expõe sua preocupação pois, no futuro, não haverá figura pública no Governo do Estado de São Paulo para tratar do reassentamento das famílias que vierem a ser removidas pelas obras do Metrô. Seria interessante chamar o Metrô e reafirmar a responsabilidade do Estado, que é ponderado pela Sra. Denise que, no momento em que o Governo do Estado quiser retomar suas obras, necessitará de convênio com a Prefeitura de São Paulo para viabilizar a retomada e atender as famílias, haja vista que a OUCAE não terá recursos. Sra. Daniela Perre Rodrigues diferencia que há áreas com ocupações irregulares e áreas cedidas a título precário, que serão retomadas no momento em que se iniciarem as intervenções. Segue-se a pauta. Sr. Adriano Fávero, engenheiro da Coordenação Físico-Territorial – CFT, da SEHAB, traz o andamento das obras do Conjunto Estevão Baião (300 unidades habitacionais), que tinha previsão de conclusão em dezembro de 2020. Relata abrangente contaminação da equipe de obra e dos fornecedores pela COVID-19, bem como a redução de trabalhadores no canteiro, suscitando aditamento de três meses do contrato, para março de 2021. Explica que obra se encontra em fase de pintura externa, começando a normalizar o ritmo do cronograma. Sra. Jucléia Aparecida Nascimento da Silva, assistente social da DTS-Sudeste/SEHAB, explana sobre o trabalho realizado no trimestre, referente a julho, agosto e setembro de 2020. Informa que o condomínio Fênix (Área 14) terá a mudança em 26 de outubro, para 301 famílias. Esclarece que as principais ações no período foram realizadas remotamente, em detrimento da pandemia da COVID-19 e do necessário isolamento social, com trabalho de preparação para a mudança. Destaca e aplicação de enquete para escolha da unidade, bem como visitas das famílias ao empreendimento, para conhecerem as unidades, com tipologias diferentes. Demonstra as atividades e as quantidades para a prestação de contas semestral, realizando a leitura da planilha projetada. Em relação à OUCAE como um todo, destaca ações de informação do Programa Auxílio Aluguel e de atendimento, por contato remoto ou telefônico. Sobre o Empreendimento Estevão Baião, trabalha com atualização cadastral iniciada em setembro para 548 participantes, com previsão de término até o fim de outubro, destacando a duplicidade de atendimento em doze casas. Sobre o Empreendimento Pérola Byington, destaca acompanhamentos e reuniões remotas pós-ocupação, bem como no Residencial Orquídea, destacando realização de assembleia presencial, demonstrando as atividades, por meio de projeções do registro fotográfico. Destaca que, na atualização cadastral, foram identificadas algumas famílias que já receberam atendimento habitacional definitivo, outras com o recebimento do auxílio aluguel bloqueado, bem como famílias sem renda, em decorrência da falta de oportunidades decorrentes da pandemia da COVID-19. Ressalta que só atualizam o cadastro das famílias que apresentam a documentação completa. Demonstra o quadro financeiro específico do trabalho técnico social realizado, cujo montante de R\$ 619.881,60 se refere a julho, agosto e setembro. Sra. Sheila Mendes do Nascimento aponta solicitação sobre o número de famílias da OUCAE bloqueadas pelo atendimento do auxílio aluguel até hoje, bem como as justificativas para o bloqueio, e a necessária quantificação geral de CAD-multi para todas as famílias da OUCAE. Destaca a necessidade de se realizar atualização cadastral de todas as famílias atendidas pelo Programa Auxílio Aluguel no âmbito da OUCAE, a fim de conhecer quem já teve atendimento habitacional, quem ainda se enquadra nos critérios de atendimento habitacional da SEHAB, também para compreender qual o número real de famílias a serem atendidas pela OUCAE e que se encontram atendidas temporariamente pelo Programa Auxílio Aluguel. Sra. Jucléia Aparecida Nascimento da Silva aponta ter conhecimento do SEI 7810.2020/0001106-3, com a solicitação da representante, em fase de análise pela SEHAB, não tendo ainda chegado à DTS-Sudeste até o momento. Sra. Catharina Christina Teixeira reforça o pedido, compreendendo haver problemas de consistência nos dados apresentados ao GG OUCAE e, para equacioná-los, solicita os dados oficiais de SEHAB, nos termos solicitados pela Sra. Sheila Mendes do Nascimento. Sra. Maria Lúcia Refinetti R. Martins endossa o pedido, solicitando que seja entendido como demanda do GG OUCAE, para compreender o cadastramento e saber se há duplicidade de pagamentos, bem como não incorporação de famílias com direito a atendimento. Sra. Jucléia Aparecida Nascimento da Silva avalia

importante a demanda do GG OUCAE e explica que quem faz a checagem é o setor de contratos da SEHAB, mas que levará a solicitação ao conhecimento do diretor da DTS-Sudeste. Sra. Denise Lopes de Souza esclarece que a solicitação não abrange somente as famílias em vias de receber atendimento definitivo, mas que seja realizada atualização cadastral das mais de 1.500 famílias atendidas pelo Programa Auxílio Aluguel com recursos da OUCAE, para checagem. Explica que a coordenação do GG OUCAE está demandando levantamento das famílias cadastradas e recebendo auxílio aluguel, para verificação de duplo atendimento ou eventual ajuste de demanda. Sr. Antonio Marcos Dória Vieira aponta que não pode haver pagamento de benefício a quem não tem direito, sugerindo a possibilidade de superfaturamento na ação. Exige que sejam tomadas providências imediatas. Sobre as ocupações irregulares das áreas públicas, denunciadas pela Sra. Sheila Mendes do Nascimento há anos, ressalta a importância em ter cuidado com recurso público e as dificuldades de reintegração de posse, solicitando os números das ações de reintegração de posse. Sra. Maria Teresa Stape Affleck, Gerente de Planejamento e Monitoramento da SPUrbanismo, pondera que 2020 foi importante para a definição do planejamento das ações da OUCAE, tendo havido importante marco do planejamento realizado em setembro, com o ordenamento das ações priorizadas, para 2021 e 2022, ainda que persistam indefinições. Compila as informações referentes às intervenções no âmbito da OUCAE, em exercício de compreensão geral, no tempo. Apresenta resumo com as intervenções concluídas, em andamento, intervenções de HIS, as intervenções suspensas e não contratadas. Aponta simplificação da visualização do quadro, sem as taxas e remunerações, para facilitar entendimento, mas que mantêm relação com o quadro financeiro. Aponta intervenções concluídas, com valores de R\$ 568.741.948. Detalha as intervenções em andamento, separando as intervenções de HIS das demais, de infraestrutura. Destaca que a Via Parque foi separada em Fases 1, contendo os trechos com proposta de priorização debatido nas oficinas de infraestrutura referente ao prolongamento da Avenida Jornalista Roberto Marinho realizadas durante o último ano e fase 2, com cronograma estendido até 2028. Explicita os valores atualizados. Sobre o prolongamento da Avenida Chucri Zaidan, destaca a contrapartida financeira ao financiamento, de R\$ 50 milhões, destacando que a intervenção foi prolongada até 2023, tendo em vista o atraso na resposta ao financiamento. Sobre o parque Chuvisco, destaca que há pendência destacada no quadro como terceira fase. Contudo, tendo em vista a perspectiva de privatização do parque chuvisco, o próximo passo está indefinido. Demonstra o quadro das intervenções de HIS em andamento, dividido nos três grupos de responsabilidade de SPObras, COHAB-SP e SEHAB. Destaca o atendimento às premissas adotadas nas reuniões anteriores. Demonstra no quadro as informações anteriormente prestadas por SPObras e SEHAB, sobre as obras e licitações de projetos por SEHAB e COHAB-SP. Demonstra quadro com intervenções suspensas, separados a pedido do GG OUCAE, destacando valor total. Explica mudança de método de apresentação, excluindo valores de investimento a realizar para o túnel suspenso e inserido nova linha, de item 4.7, apontando valor estimado de R\$ 346.780,581,00 para a proposição de nova interligação conforme debatido no âmbito da Comissão Técnica em andamento, com métrica preliminar, que será atualizado na medida em que for realizado estudo de viabilidade. Sra. Denise Lopes de Souza complementa que os valores atualizados, destacados em laranja na apresentação, tratam a mesma atualização realizada no suplemento ao prospecto da OUCAE para a nova Distribuição Pública de CEPAC. Sem manifestações, segue-se para o item de deliberação, para Aprovação da inclusão no Regimento Interno do Grupo de Gestão de capítulo regulador da abertura ao público em geral das reuniões do colegiado, e dos registros das reuniões, nos termos do artigo 17 do Regimento Interno. Sra. Patrícia Saran informa proposta de inserção no regimento interno, sem querer realizar uma revisão geral do regimento interno neste momento, ainda que se reconheça a necessidade de revisão estrutural. O Regimento Interno do GG OUCAE não estava preparado para as reuniões virtuais, necessárias em decorrência do isolamento social devido à pandemia da COVID-19, a fim de atualizar as ações já realizadas na nova realidade de reuniões virtuais e registro, conforme orientação da gerência jurídica da SPUrbanismo, tendo em vista o marco regulatório que define as reuniões de colegiados como reuniões abertas ao público. Realiza a leitura da proposta de aditivo, previamente enviada aos representantes junto à convocação. Sra. Maria Lúcia Refinetti R. Martins manifesta-se sobre o extrato, se não seria o caso de seu conteúdo circular entre os representantes, a fim de evitar mal entendimentos como o que ocorreu com o extrato da 56ª Reunião Ordinária. Sra. Patrícia Saran esclarece o papel do extrato, de conter os encaminhamentos em curto prazo, necessários para dar andamento a procedimentos administrativos da Municipalidade. Sra. Antônia Ribeiro Guglielmi reflete sobre o prazo de guarda dos registros em áudio e vídeo, ainda que haja registro das atas e extratos. Pondera que cinco anos é pouco na realidade dos trabalhos, mas que tem um alto custo para a guarda dos documentos por muito tempo. Não é porque passou de papel para meio digital, que não haverá custos. Sra. Denise Lopes de Souza aponta que não havia registros em diário oficial e que o registro em áudio e vídeo têm função primordial de garantir que os registros de ata e extrato, estes registrados em processo administrativo, conjuntamente às apresentações realizadas. Sr. Eduardo Della Manna questiona sobre a forma de guarda dos materiais digitais, o que é respondido pela Sra. Denise Lopes de Souza que, seja físico ou digital, seja disco rígido ou nuvem, há custo para hospedar os materiais. Encerrado o debate, a pauta é colocada em deliberação e aprovada por unanimidade entre os presentes. Segue-se a pauta para o GG OUCAE deliberar sobre o agendamento prévio das Reuniões Ordinárias do Grupo de Gestão da OUC Água Espraiada a serem realizadas no ano de 2021. Sra. Patrícia Saran apresenta calendário trimestral, conforme previsão regimental, de quatro datas nas segundas quartas-feiras dos meses para as reuniões ordinárias, sugerindo as datas de 10 de fevereiro, 12 de maio, 11 de agosto e 10 de novembro de 2021. Sr. Eduardo Della Manna reitera solicitação feita em outras oportunidades, sugerindo que os encontros passem a ser bimestrais, em vez de trimestrais. Sra. Denise Lopes de Souza avalia a pertinência da proposição do representante do SECOVI, ponderando que foi ampliado o escopo e a profundidade das informações prestadas ao GG OUCAE, o que tem levado a reuniões mais extensas, que constantemente avançam as duas horas regimentais de reunião, sendo frequentes alcançar o teto regimental de três horas de duração, considerando a possibilidade de se realizar seis reuniões anuais em vez de quatro. Sra. Patrícia Saran propõe aprovar a primeira data de 2021 e propor, para aquela data, reajuste das datas a fim de prever cinco reuniões ordinárias, uma vez que os meses de janeiro, julho e dezembro são mais difíceis para agendamento de reuniões, uma vez que são meses de férias escolares e festividades. Sra. Regina Mائيello Villela traz a reflexão de que os representantes do poder público por vezes atuam em mais de uma operação urbana e carecem de tempo para, além da participação nas reuniões, preparar os materiais a serem pautados nelas. Pondera que há ainda reuniões de comissões técnicas e ainda as reuniões de trabalho para preparar materiais. Considera suficientes quatro reuniões ordinárias anuais para abordar os assuntos ordinários, uma vez que as reuniões estão muito objetivas e com formato adequado, prevendo reuniões extraordinárias, quando necessário. Sra. Patrícia Saran pondera que talvez as reuniões devam ser de três horas, prorrogáveis por mais uma hora, prevendo um período para a realização das reuniões ordinárias. Finalizado o debate, foram aprovadas as quatro agendas propostas, por unanimidade. Para os informes, Sra. Patrícia Saran apresenta histórico das reuniões realizadas

pela Comissão Técnica de Mobilidade desde a última reunião ordinária, sendo a terceira reunião em 26 de agosto e a quarta, em 30 de setembro de 2020, apontando reunião prevista para 25 de novembro de 2020. Todo o conteúdo se encontra no portal da SPUrbanismo na internet, destacando a remodelação da página virtual, a fim de facilitar o acesso, apontando que as melhorias se encontram em andamento. Sra. Denise Lopes de Souza apresenta os encaminhamentos da última reunião da Comissão Técnica. Para o Eixo-técnico de Mobilidade, houve encaminhamento de apresentar proposta de destinação de recursos da OUCAE para a contratação de estudo de viabilidade de ligação da Avenida Jornalista Roberto Marinho com a Rodovia dos Imigrantes, por SPObras e CET. Naquele encontro, foi convidada servidora da área de licenciamento ambiental da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA/GTA, que sugeriu que a contratação do estudo de viabilidade já preveja estudos dos registros ambientais. Não houve tempo hábil para instruir os processos a tempo de solicitar os recursos para a contratação do estudo de viabilidade para essa reunião, de modo que a solicitação deverá ser encaminhada para a próxima reunião ordinária do GG OUCAE. Para o Eixo-Técnico Ambiental, SPObras e SPUrbanismo apresentarão os mapas do EIA/RIMA da LAP da OUCAE e os mapas da LAI da intervenção de Prolongamento da Avenida Jornalista Roberto Marinho na próxima reunião da Comissão Técnica. SPUrbanismo irá elaborar matriz multifatorial para considerar as ponderações e propostas a fim de compreender as variáveis para a elaboração do Estudo de Viabilidade. Sobre o Eixo-Técnico Jurídico, Sra. Denise Lopes de Souza aponta atualização sobre o trânsito em julgado da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN do túnel, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município – PGM no SEI 7810.2020/0000474-1, indicando a conclusão desta ação, pelo Supremo Tribunal Federal – STF. Segue ao informe sobre o andamento do Prospecto junto à Comissão de Valores Imobiliários – CVM, cujo registro do prospecto da 6ª Distribuição Pública de CEPAC foi feito em 11 de setembro de 2020 junto à CVM e à Bolsa de Valores – B3. Recebemos em 09 de outubro o primeiro comunicado de CVM, que severa ser respondido até 23 de outubro de 2020. Aponta que a Procuradoria Geral do Município já atestou a veracidade das informações, complementando sua declaração, semelhante. No dia seguinte ao atendimento ao comunicado de CVM, o prospecto completo e demais documentos apresentados subirão ao portal da SPUrbanismo na internet. Em paralelo, resta pendente a aprovação do Projeto de Lei nº 381/2019, que trata do Plano Chucrí Zaidan, em segunda votação, para a posterior sanção da lei, pelo Sr. Prefeito. Informa que recebeu processo, por SPObras, para continuar trabalho iniciado em 2019 pela Subprefeitura do Jabaquara, para cercamento e limpeza de terreno das áreas desapropriadas para as intervenções da OUCAE, por muro. SPUrbanismo solicitará mais informações de SPObras quanto aos recursos e detalhamentos, dada a restrição de recursos, cujos desdobramentos serão informados ao GG OUCAE. Por fim, informa que, após o período eleitoral, será disponibilizado no portal da SPUrbanismo, na internet, versão atualizada do caderno das operações urbanas, a ser consolidado até 2020. Também explica que o portal da SPUrbanismo na internet foi reorganizado, a fim de facilitar o acesso. Estão em andamento agora as atualizações e complementações de conteúdo. Esgotada a pauta, Sra. Denise Lopes de Souza agradece a presença de todos e encerra a reunião às 18h11

SÃO PAULO URBANISMO

Representante Titular DENISE LOPES DE SOUZA

Representante Suplente JOYCE REIS F. DA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU

Representante Titular FLÁVIA TALIBERTI PERETO

Representante Suplente LARA C R FIGUEIREDO AUSENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS – SIURB

Representante Titular THOMAS M COVELLOI AUSENTE

Representante Suplente ANTONIA R GUGLIELMI

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT

Representante Titular REGINA MAIELLO VILLELA

Representante Suplente DENISE MARIA S D GOMES AUSENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

Representante Titular SILVIO EUGÊNIO DE LIMA AUSENTE

Representante Suplente LUIZ HTIBIRIÇA RAMOS AUSENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE – SVMA

Representante Titular LUCIA NOEMI SIMONI

Representante Suplente MARIA LOURA FOGAÇA ZEI AUSENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SF

Representante Titular FERNANDO F. BERNARDINO

Representante Suplente IZABELLA NEVES TOMINAGA AUSENTE

PREFEITURA REGIONAL SANTO AMARO

Representante Titular JANAIANA LOPES DE AMRTINI AUSENTE

Representante Suplente MÁRCIA M. DE A BORGES AUSENTE

PREFEITURA REGIONAL JABAQUARA

Representante Titular ROSANA G MARIA ALFIERI AUSENTE

Representante Suplente FERNANDO M FERREIRA

MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

Representante Titular JOSÉ ORLANDO GHEDINI AUSENTE

Representante Suplente LUCILA FALCÃO P LACRETA AUSENTE

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL – IAB

Representante Titular CATARINA CHRISTINA TEXEIRA

Representante Suplente ESTEVÃO S. SFERREIRA AUSENTE

INSTITUTO DE ENGENHARIA – IE

Representante Titular MARCELA GARCIA HENRIQUE AUSENTE

Representante Suplente MARCOS MOLITERNO AUSENTE

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE EMPRESÁRIOS DE OBRAS PÚBLICAS - APEOP

Representante Titular ANTÔNIO M DÓRIA VIEIRA

Representante Suplente PATRÍCIA M BARATA CHAMIÉ AUSENTE

SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRAS, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVIES RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO – SECovi

Representante Titular EDUARDO DELLA MANNA

Representante Suplente TÂNIA PANTANO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB

Representante Titular LUIZ ANTONIO DE ANDRADE AUSENTE

Representante Suplente MÁRCIA ISIS F DE SOUZA AUSENTE

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – FAU/USP

Representante Titular MARIA L REFINETTI R. MARTINS

Representante Suplente JOÃO F PIRES MEYER AUSENTE

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA – UMM

Representante Titular CARLINA HENRIQUE DA SILVA AUSENTE

Representante Suplente BENEDITO R. BARBOSA AUSENTE

ASSOCIAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS MORADORES DE FAVELA DO PERÍMETRO DA OPERAÇÃO URBANA

Representante Titular SHEILA M DO NASCIMENTO

Representante Suplente OLAVO GERALDO AUSENTE

SÃO PAULO OBRAS

GABINETE DO PRESIDENTE

DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 54.873, de 25 de fevereiro de 2014, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta, Autarquias e Fundações de Direito Público, bem como a forma de recebimento dos objetos contra-

tuais; necessitamos designar o gestor e fiscal, responsável pelo acompanhamento, fiscalização, avaliação e ateste da execução do contrato sob gestão da São Paulo Obras – SPObras, conforme abaixo:

Contrato nº 0472001100
Processo SEI nº 7910.2020/0000756-6
Contratada: Fares & Associados Engenharia.
Objeto: Prestação de serviços de apoio técnico à análise de documentos técnicos do Programa de Manutenção de Obras de Arte Especiais da Cidade De São Paulo.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 093/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000920-8
Contratada: Consórcio Recupera SP II
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 4.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 097/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000924-0
Contratada: Consórcio BV / EGT - Lote 4
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 4.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 096/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000923-2
Contratada: IEME Brasil Engenharia Consultiva Ltda.
Objeto: Elaboração de inspeções especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural de obras de arte especiais no Município de São Paulo – Lote 3.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 100/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000902-0
Contratada: Consórcio EPT / Franchetti
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 3.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 099/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000901-1
Contratada: Consórcio Recupera SP IV
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 2.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 092/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000919-4
Contratada: IEME Brasil Engenharia Consultiva Ltda.
Objeto: Elaboração de inspeções especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural de obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 3.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 54.873, de 25 de fevereiro de 2014, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta, Autarquias e Fundações de Direito Público, bem como a forma de recebimento dos objetos contratuais; necessitamos designar o gestor e fiscal, responsável pelo acompanhamento, fiscalização, avaliação e ateste da execução do contrato sob gestão da São Paulo Obras – SPObras, conforme abaixo:

Contrato nº 094/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000921-6
Contratada: Concremat Engenharia e Tecnologia S.A
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 1.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 095/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000922-4
Contratada: ECR Engenharia Ltda.
Objeto: Elaboração de inspeções especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural de obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 2.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 090/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000917-8
Contratada: Consórcio Recupera SP II

Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 1.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 091/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000918-6
Contratada: Consórcio BV / EGT / L2
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 2.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 098/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000900-3
Contratada: Consórcio Recupera SP IV
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 1.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 089/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000895-3
Contratada: ECR Engenharia Ltda.
Objeto: Elaboração de inspeções especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural de obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 4.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 54.873, de 25 de fevereiro de 2014, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta, Autarquias e Fundações de Direito Público, bem como a forma de recebimento dos objetos contratuais; necessitamos designar o gestor e fiscal, responsável pelo acompanhamento, fiscalização, avaliação e ateste da execução do contrato sob gestão da São Paulo Obras – SPObras, conforme abaixo:

Contrato nº 076/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000898-8
Contratada: Concremat Engenharia e Tecnologia S.A
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em 19 obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 3.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 088/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000892-9
Contratada: Consórcio Recupera SP I
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 3.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 075/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000897-0
Contratada: Consórcio INSPE-PONTES II
Objeto: Elaboração de inspeções especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural de 19 obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 2.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 087/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000891-0
Contratada: Consórcio Recupera SP I
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 2.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 074/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000896-1
Contratada: ECR Engenharia Ltda.
Objeto: Elaboração de inspeções especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural de obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 1.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 086/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000890-2
Contratada: Concremat Engenharia e Tecnologia S.A
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 1.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 083/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000851-1
Contratada: Concremat Engenharia e Tecnologia S.A
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em obras de arte especiais no Município de São Paulo Lote 5.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 54.873, de 25 de fevereiro de 2014, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta, Autarquias e Fundações de Direito Público, bem como a forma de recebimento dos objetos contratuais; necessitamos designar o gestor e fiscal, responsável pelo acompanhamento, fiscalização, avaliação e ateste da execução do contrato sob gestão da São Paulo Obras – SPObras, conforme abaixo:

Contrato nº 082/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000850-3
Contratada: Consórcio ECR / SETEC
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em obras de arte especiais no Município de São Paulo (divididos em 5 lotes) - Lote 4.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 081/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000849-0
Contratada: IEMI Brasil Engenharia Consultiva Ltda.
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 3.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 080/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000846-5
Contratada: Consórcio Systra / TGPO
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 2.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 077/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000899-6
Contratada: Concremat Engenharia e Tecnologia S.A
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em 19 obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 4.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 101/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000903-8
Contratada: ECR Engenharia Ltda.
Objeto: Elaboração de inspeções especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural de obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 4.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 079/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000845-7
Contratada: Consórcio Systra / TGPO
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais, vistorias, ensaios, laudos técnicos, verificações estruturais, projeto executivo de requalificação e concepção de recuperação estrutural em obras de arte especiais no Município de São Paulo - Lote 1.
Gestor do Contrato: José Eduardo Villela Santos - prontuário nº 020032-8
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

LICITAÇÕES

SEGURANÇA URBANA

GABINETE DO SECRETÁRIO

CONVOCAÇÃO

6029.2019/0004834-0 - Secretaria Municipal de Segurança Urbana. - Convocação para assinatura de 2º Termo Aditivo do Contrato 006/SMSU/2020. - Nos termos previstos na Legislação vigente em especial o contido no Decreto Municipal 44.279/03, fica convocada, na pessoa do seu representante legal, a empresa **TELFÔNICA BRASIL S/A**, inscrita no CNPJ sob 02.558.157/0001-62, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, comparecerem à Rua da Consolação, 1379 – 8º andar - Consolação, para assinatura do 2º Termo Aditivo do Contrato 006/SMSU/2020, bem como, apresentar a apólice de renovação da garantia contratual.

6029.2019/0003409-8Secretaria Municipal de Segurança Urbana. - Proposta de aditamento do contrato Termo de Contrato 028/SMSU/2020, nos termos do art. 3º, “caput” do Decreto Municipal 60.041 de 31 de dezembro de 2020. – I - À vista dos elementos contidos no presente, e com fundamento no 3º, “caput” do Decreto Municipal 60.041 de 31 de dezembro de 2020 e Portaria 25/SMSU/20 e na manifestação da Assessoria Jurídica; observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, **AUTORIZO** o aditamento do contrato 028/ SMSU/2020, firmado com **MAQ POTENCIA EIRELI**, inscrita no CNPJ 18.488.016/0001-50, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva, corretiva, e emergencial no sistema de média e baixa tensão, grupo moto gerador, painéis de comando, bombas de drenagem, bombas de recalque e incêndio do edifício do Comando Geral da GCM,